

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Informações financeiras intermediárias acompanhadas do
relatório de revisão de informações trimestrais
em 30 de junho de 2026

Ref.: Relatório nº 26845-028-PB



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	3
Informações financeiras intermediárias	5
Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2026	13

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Braz Olaia Acosta, 727 -
Sala 2101 - Jardim Califórnia
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.
Chapadão do Sul – MS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. (Companhia), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício e período anteriores

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.1 e nº 2.2, em decorrência da correção de erros identificados pela Companhia em 2026 e mudança de política contábil, os valores correspondentes referentes ao período e exercício anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 12 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	65.952	134.652
Operações a receber	6	15.461	14.494
Partes relacionadas	16	28	-
Despesas antecipadas	7	648	498
Adiantamentos		130	-
Impostos a recuperar	8	2.513	1.465
Outros ativos		134	383
Total do ativo circulante		84.866	151.492
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	11.913	8.909
Imobilizado	9	5.386	4.841
Intangível	10	1.121.161	1.086.596
Total do ativo não circulante		1.138.460	1.100.346
Total do ativo		1.223.326	1.251.838

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	-	52
Debêntures	18	4.426	2.688
Fornecedores	13	11.464	7.090
Obrigações fiscais e sociais	14	5.009	7.475
Direito de outorga concessão	10.(a)	13.023	12.535
Obrigações com o poder concedente	15	999	1.111
Obrigações com infraestrutura a realizar	19	7.210	7.210
Total do passivo circulante		42.131	38.161
Passivo não circulante			
Fornecedores	13	1.698	1.488
Debêntures	18	728.009	701.132
Direito de outorga concessão	10.(a)	205.467	193.518
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	20	392	451
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	79.233	74.776
Obrigações com infraestrutura a realizar	19	28.033	17.555
Total do passivo não circulante		1.042.832	988.920
Patrimônio líquido			
Capital social	21	166.010	166.010
Reserva legal		4.221	4.221
Reserva especial dividendos não distribuídos		126	54.526
Prejuízos acumulados		(31.994)	-
Total do patrimônio líquido		138.363	224.757
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.223.326	1.251.838

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações do resultado

para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

		01/04/2026 a	01/01/2026 a	01/04/2025 a	01/01/2025 a
	Notas	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2025
			(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Receita operacional líquida	22	38.775	77.474	36.756	69.686
Receita com construção e infraestrutura	22	25.738	36.349	39.160	62.829
Custos dos serviços prestados	23	(19.123)	(31.922)	(12.909)	(24.081)
Custo com construção e infraestrutura	23	(25.738)	(36.349)	(39.160)	(62.829)
Resultado bruto		19.652	45.552	23.847	45.605
Despesas gerais e administrativas	23	(4.396)	(9.433)	(5.192)	(11.018)
Outras receitas(despesas) operacionais		-	13	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		15.256	36.132	18.655	34.587
Receitas financeiras	24	2.301	5.765	827	3.215
Despesas financeiras	24	(44.296)	(72.416)	(29.495)	(52.149)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(26.739)	(30.519)	(10.013)	(14.347)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	-	(34)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	509	(1.441)	(2.258)	(4.235)
Prejuízo do período		(26.230)	(31.994)	(12.271)	(18.582)
Prejuízo por ação - básico e diluído		(0,1580)	(0,1927)	(0,0739)	(0,1119)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)	01/01/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)
Prejuízo líquido do período	(26.230)	(31.994)	(12.271)	(18.582)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultados abrangentes do período	(26.230)	(31.994)	(12.271)	(18.582)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva especial dividendos não distribuídos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízo Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	21	166.010	3.856	47.624	10.000	-	227.490
Prejuízo do período		-	-	-	-	(18.582)	(18.582)
Devolução AFAC		-	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Saldos em 30 de junho de 2025 (reapresentado)		166.010	3.856	47.624	-	(18.582)	198.908
Saldos em 31 de dezembro de 2025	21	166.010	4.221	54.526	-	-	224.757
Prejuízo do período		-	-	-	-	(31.994)	(31.994)
Distribuição de dividendos		-	-	(54.400)	-	-	(54.400)
Saldos em 30 de junho de 2026		166.010	4.221	126	-	(31.994)	138.363

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(30.519)	(14.347)
Ajustes para conciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	14.943	18.335
Baixas líquidas de ativos	216	109
Juros de debêntures	53.080	24.328
Atualização outorga fixa	25.246	20.792
Custo de transação debêntures	1.229	1.199
Juros de empréstimos e financiamentos	-	633
Obrigações para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(59)	-
Obrigações com infraestrutura a realizar	11.444	-
AVP da provisão para manutenção	(966)	-
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Operações a receber	(967)	(3.904)
Partes relacionadas	(28)	5
Despesas antecipadas	(150)	(293)
Impostos a recuperar	(1.048)	1.889
Adiantamentos	(130)	-
Outros ativos	261	12
Fornecedores	4.584	(8.830)
Obrigações fiscais e sociais	(151)	710
Obrigações contratuais	(112)	135
Imposto de renda e contribuição pagos	(2.349)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	74.524	40.773
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(1.292)	(485)
Adições ao ativo intangível	(48.977)	(62.829)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(50.269)	(63.314)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamento	-	60.276
Pagamento de empréstimos e financiamento	(47)	(140)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(5)	(18)
Custos de transação	-	(4.729)
Captação de mútuo	-	1.472
Adiantamento AFAC	-	(10.000)
Dividendos pagos	(54.400)	-
Pagamento de debêntures	-	(11.894)
Pagamento de juros debêntures	(25.694)	-
Pagamento outorga fixa	(12.809)	(12.300)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(92.955)	22.667

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025 (reapresentado)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(68.700)	126
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	134.652	19.519
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	65.952	19.645
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(68.700)	126

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações do valor adicionado
para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025 (reapresentado)
Receitas	121.254	139.499
Venda de serviços	84.849	76.551
Receitas acessórias	56	119
Receitas de construção - ativos da concessão	36.349	62.829
Insumos adquiridos de terceiros	(55.248)	(72.700)
Custo dos serviços prestados	(16.155)	(6.935)
Custo de construção - ativos da concessão	(36.349)	(62.829)
Materiais, energia, serviços e outros	(2.624)	(2.936)
Outras receitas não operacionais	(120)	-
Valor adicionado bruto	66.006	66.799
Retenções	(14.943)	(18.335)
Depreciação e amortização	(14.943)	(18.335)
Valor adicionado líquido	51.063	48.464
Valor recebido em transferência	5.765	3.333
Receitas financeiras	5.765	3.333
Valor adicionado total a distribuir	56.828	51.797
Distribuição do valor adicionado:	(56.828)	(51.797)
A - Pessoal e encargos	(7.237)	(5.445)
Remuneração direta	(3.967)	(4.098)
Benefícios	(1.376)	(1.074)
F.G.T.S.	(259)	(273)
Outros	(1.635)	-
B - Impostos, taxas e contribuições	(9.181)	(11.840)
Federais	(4.938)	(8.023)
Municipais	(4.243)	(3.817)
C - Juros e aluguéis	(72.404)	(53.094)
Juros	(70.622)	(52.923)
Aluguéis	(249)	(141)
Outros	(1.533)	(30)
D - Remuneração do capital próprio	31.994	18.582
Prejuízo do período	31.994	18.582

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. Contexto operacional

A Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. (“Companhia”) é uma Companhia Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020.

A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão (“Rodovia” e “Concessão”); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

O presente contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses:

- Pela presença do interesse público, devidamente justificado;
- Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada; e
- Em decorrência de fato da administração ou fato de príncipe, devidamente comprovado.

Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração.

Conforme definido pela Seinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em três frentes:

- Frente de melhorias operacionais;
- Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço; e
- Frente de serviços operacionais.

Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos à União todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

Apesar de não possuir compromisso contratual de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui o compromisso, contratual, de seguir as regras constantes de Governança Corporativa da CVM.

2. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas em conformidade com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária, bem como com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis às Informações Trimestrais (ITR). A base de preparação das informações financeiras é o custo histórico, exceto nos casos em que as práticas contábeis descritas nas notas explicativas indicam outra forma de mensuração, conforme os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em atendimento à Orientação OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, este relatório apresenta exclusivamente as informações relevantes relacionadas às informações financeiras, ou seja, aquelas efetivamente utilizadas pela Administração na condução da gestão da Companhia.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis adotadas nas demonstrações anuais encerradas em 31 de dezembro de 2025, aprovadas pela Administração em 30 de março de 2026. Por esse motivo, recomenda-se que estas informações sejam analisadas em conjunto com as demonstrações anuais mencionadas.

As notas explicativas que não sofreram alterações significativas em relação às demonstrações de dezembro de 2025 não foram reproduzidas integralmente neste relatório. No entanto, foram incluídas informações selecionadas que ajudam a compreender as mudanças na posição financeira e no desempenho operacional da Companhia desde a última divulgação anual.

A emissão destas informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2026.

2.1. Representação dos saldos

A Administração da Companhia reapresentou as informações financeiras intermediárias referente ao período de 30 de junho de 2025, em decorrência da retificação de erros materiais identificados em períodos anteriores. Os ajustes referem-se, principalmente, à mensuração do direito de outorga da concessão, que havia sido reconhecido pelo ajuste a valor presente (AVP) sem a devida atualização monetária pelo IPCA ao longo do tempo e sem a apropriação dos encargos financeiros correspondentes, sendo tais erros corrigidos de forma retrospectiva, nos termos do CPC 23 / NBC TG 23.

2.2. Mudança de política contábil: método de amortização do ativo intangível de concessão

A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia alterou sua estimativa contábil para amortização do ativo intangível de concessão, do método linear para o método baseado no volume de tráfego, por entender que este último fornece informação mais relevante e confiável acerca do padrão de consumo dos benefícios econômicos do ativo, em conformidade com o CPC 04 (R1) / IAS 38 e com as diretrizes aplicáveis aos contratos de concessão previstas na ICPC 01 (R1) / IFRIC 12. A mudança é tratada como mudança de estimativa contábil nos termos do CPC 23. O método de amortização do intangível de concessão passa a ser baseado no volume de tráfego e será revisado periodicamente para assegurar que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos do ativo; observa-se que tanto o método linear quanto o método por unidades de produção/uso (como tráfego) são admitidos pelas normas, devendo a Companhia adotar aquele que melhor represente esse padrão.

Os efeitos decorrentes da reapresentação por correção de erros (Nota Explicativa nº 2.1) e da mudança de estimativa aplicada prospectivamente (Nota Explicativa nº 2.2) estão apresentados nos quadros a seguir, conciliando valores originalmente divulgados, ajustes e saldos reapresentados.

Demonstração do resultado do período

	30/06/2025		30/06/2025
	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente
Receita operacional líquida	69.686	-	69.686
Receitas com construção e infraestrutura	62.829	-	62.829
Custos com construção e infraestrutura	(62.829)	-	(62.829)
Custos dos serviços prestados	(24.081)	12.341	(36.422)
Resultado bruto	45.605	12.341	33.264
Despesas gerais e administrativas	(11.018)	-	(11.018)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos	34.587	12.341	22.246
Resultado financeiro	(48.934)	(11.810)	(37.124)
Lucro(prejuízo) líquido antes dos impostos	(14.347)	531	(14.878)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(4.235)	(5.837)	1.602
Resultado líquido do período	(18.582)	(5.306)	(13.276)

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa

	30/06/2025		30/06/2025
	Reapresentado	Ajuste	Apresentado Anteriormente
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes dos impostos	(14.347)	(531)	(14.878)
Ajustes			
Depreciação e amortização	21.700	4.827	16.873
Atualização pela amortização pela curva de tráfego	(3.365)	(3.365)	-
Baixas líquidas do ativo	109	-	109
Juros de debêntures	24.328	-	24.328
Custos de transação debentures	1.199	-	1.199
Juros de empréstimos e financiamentos	633	-	633
Atualização outorga fixa	20.792	11.810	8.982
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	-
Obrigações com infraestrutura a realizar	-	(13.803)	13.803
Variação líquida dos ativos e passivos operacionais			
Operações a receber	(3.904)	-	(3.904)
Contas receber e pagar partes relacionadas	5	-	5
Despesas antecipadas	(293)	-	(293)
Impostos a recuperar	1.889	-	1.889
Outras contas a receber	12	-	12
Fornecedores e outras contas a pagar	(8.830)	-	(8.830)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	289	-	289
Obrigações fiscais	421	-	421
Obrigações com o poder concedente	135	-	135
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	40.773	-	40.773
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(485)	-	(485)
Adições ao intangível	(62.829)	-	(62.829)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(63.314)	-	(63.314)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	60.276	-	60.276
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(140)	-	(140)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(18)	-	(18)
Custo de transação de debêntures	(4.729)	-	(4.729)
Captação de mútuo	1.472	-	1.472
Adiantamento para futuro aumento de capital	(10.000)	-	(10.000)
Pagamento juros debêntures	(11.894)	-	(11.894)
Pagamento outorga fixa	(12.300)	-	(12.300)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	22.667	-	22.667
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	126	-	126
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	19.519	-	19.519
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	19.645	-	19.645
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	126	-	126

Demonstrações do valor adicionado

	30/06/2025 Reapresentado	Ajuste	30/06/2025 Apresentado Anteriormente
Receitas			
Prestação de serviços	76.670	-	76.670
Receita dos serviços de construção	62.829	-	62.829
Total	139.499	-	139.499
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados	(6.935)	13.803	(20.738)
Custos dos serviços de construção	(62.829)	-	(62.829)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.936)	-	(2.936)
Total	(72.700)	13.803	(86.503)
Valor adicionado bruto	66.799	13.803	52.996
Depreciações e amortizações	(18.335)	(1.462)	(16.873)
Valor adicionado líquido produzido	48.464	12.341	36.123
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	3.333	-	3.333
Total	3.333	-	3.333
Valor adicionado total a distribuir	51.797	12.341	39.456
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	4.098	-	4.098
Benefícios	1.074	-	1.074
FGTS	273	-	273
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (incluindo IOF)	8.023	5.837	2.186
Municipais	3.817	-	3.817
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	52.923	11.810	41.113
Aluguéis	141	-	141
Outros	30	-	30
Remuneração de capitais próprios			
Resultado líquido do exercício	(18.582)	(5.306)	(13.276)
Valor adicionado total distribuído	51.797	12.341	39.456

3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias requer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Tais estimativas são revisadas periodicamente pela administração, e os efeitos das alterações são reconhecidos no período da revisão e nos períodos futuros afetados.

As principais áreas que envolvem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- A determinação da vida útil e recuperabilidade do imobilizado e do ativo intangível, incluindo testes de *impairment*;
- A mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos, com base em projeções de lucros tributáveis futuros;

- A constituição de provisões para riscos processuais, cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios;
- A mensuração e reconhecimento de ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme ICPC 01;
- A estimativa de provisão para manutenção e recomposição da infraestrutura rodoviária, considerando os níveis de serviço exigidos contratualmente;
- A mensuração de receitas de construção e infraestrutura, com base no estágio de execução dos serviços;
- A projeção de receitas futuras de pedágio, considerando estimativas de tráfego e elasticidade de demanda;
- A mensuração de passivos contratuais e regulatórios, como o ônus de fiscalização e obrigações com o Poder Concedente.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

4.1. Normas e alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026

A Companhia monitora as alterações de normas contábeis e regulatórias emitidas, bem como normas e legislações tributárias, que possam afetar suas informações financeiras em períodos futuros. No trimestre findo em 30 de junho de 2026, a Administração avaliou as alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026 e, até o momento, não identificou impactos materiais nas informações financeiras.

- IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima – As normas estabelecem requisitos para divulgações de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e ao clima. A Administração está avaliando os impactos e eventuais necessidades de adaptações em processos, controles e sistemas para atendimento às exigências aplicáveis, não tendo identificado, até a data destas demonstrações, efeitos materiais nos saldos contábeis do trimestre;
- Resolução CVM nº 193/23 (e alterações) – Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB, com implementação prevista a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia acompanha os requisitos regulatórios e avalia os impactos para atendimento às exigências de divulgação.

4.2. Normas e alterações emitidas e ainda não efetivas

As seguintes normas e alterações foram emitidas, mas ainda não estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2026:

- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Informações financeiras – Substitui a IAS 1 e estabelece nova estrutura de apresentação e divulgações. A implementação está prevista para 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva;
- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações – Estabelece um conjunto reduzido de divulgações para subsidiárias elegíveis. A implementação está prevista para 1º de janeiro de 2027.

A Administração segue avaliando os potenciais efeitos dessas normas e não espera impactos materiais nas informações financeiras do período findo em 30 de junho de 2026, ressalvadas alterações relevantes que venham a decorrer de regulamentações ou orientações adicionais.

4.3. Normas e leis tributárias emitidas e ainda não efetivas

A Companhia monitora as normas e legislações tributárias emitidas, mas ainda não vigentes, que podem afetar suas informações financeiras em períodos futuros, incluindo: **(i)** Lei nº 14.789/2023 e MP nº 1.185/2023; **(ii)** a CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços (substituição do PIS/Cofins), cuja implementação depende de regulamentação e do cronograma de transição; e **(iii)** Pilar Dois – GloBE / Lei nº 15.079/2024 (tributação mínima global). Os impactos dessas alterações dependerão de regulamentações e interpretações complementares e, por essa razão, a Companhia ainda não consegue estimar de forma confiável eventuais efeitos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e numerários em trânsito	771	547
Conta corrente	296	1.170
Aplicações financeiras (a)	64.885	132.935
Total	65.952	134.652

(a) As aplicações financeiras correspondem aos Fundos de Investimento e CDBs. Os Fundos de Investimento referem-se à aplicação em renda fixa simples em Banco de primeira linha, com prazo determinado de duração. O fundo conta com carteira simplificada e com performance atrelada à Selic, e com remuneração de 106% do CDI no período.

As aplicações em CDBs com modalidade pós - DI com remuneração controlada entre 98% e 106% do CDI.

6. Operações a receber

	30/06/2026	31/12/2025
Pedágio eletrônico a receber	15.367	14.341
Cartões de crédito a receber	94	153
Total	15.461	14.494

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 30 de junho de 2026, a administração da Companhia entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais não há histórico de inadimplência.

A Companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante cobrança de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 30 de junho de 2026, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas informações financeiras.

7. Despesas antecipadas

	30/06/2026	31/12/2025
Seguros a apropriar (a)	648	462
IPVA a apropriar	-	36
Total	648	498

(a) Corresponde às despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período;

8. Impostos a recuperar

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto retido de aplicação financeira (a)	2.513	1.219
IOF de aplicação financeira	-	246
Total	2.513	1.465

(a) Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras, nos primeiros trinta dias.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos				Depreciação				Líquido	
		Saldos	Adições	Baixas	Saldos	Saldos	Adições	Baixas	Saldos	30/06/2026	31/12/2025
		31/12/2025				31/12/2025					
Imobilizado da administração	10%	2.897	16	-	2.913	(1.867)	(89)	-	(1.956)	957	1.030
Máquinas e equipamentos	10%	5.089	276	(107)	5.258	(2.374)	(267)	-	(2.641)	2.617	2.715
Veículos	20%	5.714	1.000	(231)	6.483	(4.618)	(175)	122	(4.671)	1.812	1.096
Total		13.700	1.292	(338)	14.654	(8.859)	(531)	122	(9.268)	5.386	4.841

10. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos				Amortização				Líquido	
		Saldos	Adições	Transferência	Baixas	Saldos	Saldos	Adições	Saldos	Saldos	Saldos
		31/12/2025				30/06/2026	31/12/2025			30/06/2026	31/12/2025
Intangível em operação	3,43%(I)	842.459	-	54.706	-	897.165	(36.124)	(9.558)	(45.682)	851.483	806.335
Intangível em andamento	-	46.090	48.787	(54.706)	-	40.171	-	-	-	40.171	46.090
Licenças de uso de softwares	-	456	190	-	-	646	(415)	(26)	(441)	205	41
Direito de Outorga Concessão	3,43%(I)	239.374	-	-	-	239.374	(39.208)	(4.127)	(43.335)	196.039	200.166
Capitalização atualização da outorga		40.617	-	-	-	40.617	(6.653)	(701)	(7.354)	33.263	33.964
Total		1.168.996	48.977	-	-	1.217.973	(82.400)	(14.412)	(96.812)	1.121.161	1.086.596

(I) A taxa média de amortização apresentada no quadro corresponde à taxa equivalente estimada para o período, calculada com base na curva de tráfego projetada para a concessão, e não representa a adoção de método linear de amortização. A partir de 1º de janeiro de 2025, a amortização do ativo intangível de concessão passou a ser reconhecida com base no volume de tráfego, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2, por refletir de forma mais adequada o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos do ativo ao longo do prazo da concessão. A Companhia revisa periodicamente as projeções de tráfego e, quando aplicável, ajusta prospectivamente a despesa de amortização.

10.(a) Direito de outorga concessão

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Valor da outorga	206.053	605.306
Pagamento - outorga fixa	(12.809)	(161.138)
Atualização outorga	25.246	181.524
Ajuste ao valor presente - taxa desconto 4,50%, (taxa de juros real compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga)	-	(419.639)
Direito de outorga concessão	218.490	206.053
Circulante	13.023	12.535
Não circulante	205.467	193.518

Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no programa de investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Ativo 30/06/2026	Ativo 31/12/2025	Passivo 30/06/2026	Passivo 31/12/2025	Resultado 30/06/2026	Resultado 30/06/2025 (reapresentado)
Prejuízo fiscal gastos pré-operacionais	-	528	-	-	(528)	(52)
Prejuízo fiscal base negativa	1.427	1.439	-	-	-	-
Provisão para manutenção	10.351	6.788	-	-	3.563	(2.459)
Provisão para contingências	135	154	-	-	(19)	26
Despesas financeiras debêntures capitalizadas	-	-	44.061	41.968	(2.093)	(949)
Custos de transação debêntures capitalizadas	-	-	13.067	13.126	59	10
Diferidos sobre amortização curva tráfego	-	-	10.557	8.134	(2.423)	(811)
Capitalização AP Outorga	-	-	11.548	11.548	-	-
Total dos impostos diferidos	11.913	8.909	79.233	74.776	(1.441)	(4.235)

(a) A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social por ter sua origem em despesas pré-operacionais, serão amortizados em 60 meses a partir de abril de 2021 quando deu início à arrecadação de pedágios pela Companhia;

(b) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuro determinado em estudo técnico aprovado pela administração, o prejuízo fiscal apurado pela Companhia dentro do mesmo exercício são reconhecidos como ativo diferido de base negativa;

(c) As provisões para manutenção são constituídas para fazer frente aos compromissos operacionais visando manter serviços adequados e de qualidade, em especial o pavimento e sinalização;

(d) De acordo com CPC 20(R1), os juros das debêntures foram capitalizados, líquidos das receitas financeiras geradas pelos recursos ainda não utilizados;

(e) Capitalização dos custos de transação das debêntures; e

(f) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.

12. Conciliação do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 30 de junho de 2026 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado para o período findo em 30 de junho de 2026 está evidenciada a seguir:

Os créditos tributários a compensar são calculados sobre os seguintes valores base:

	30/06/2026	30/06/2025 (reapresentado)
Prejuízo do período antes dos impostos	(30.519)	(14.347)
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal vigente	10.376	4.878
Ajustes para a alíquota efetiva		
Adições/exclusões permanentes	(8.901)	(643)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(1.475)	(4.235)
Imposto corrente	(34)	-
Imposto diferidos	(1.441)	(4.235)

Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos em sua totalidade de acordo com as premissas futuras e com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o lucro”.

13. Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais	5.391	3.335
Fornecedores nacionais – Risco sacado (a)	2.717	279
Caução retida fornecedores	5.054	4.964
Total	13.162	8.578
Curto prazo	11.464	7.090
Longo prazo	1.698	1.488

(a) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de “fornecedores – risco sacado”, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores.

Os pagamentos junto a referida instituição financeiras são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.

14. Obrigações fiscais e sociais

Sociais

	30/06/2026	31/12/2025
PLR	785	-
INSS	182	194
IRRF	7	24
FGTS	72	88
Provisão de férias e 13 ^o e encargos	1.252	1.008
Total	2.298	1.314

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fiscais

	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda	-	1.696
Contribuição social	-	619
Pis	278	249
Cofins	1.290	1.167
ISS	722	676
Impostos retidos terceiros	421	1.754
Total	2.711	6.161
Total obrigações	5.009	7.475

15. Obrigações com o poder concedente

	30/06/2026	31/12/2025
Convênio Polícia Rodoviária Federal	599	949
Verba de Fiscalização – AGMS	140	135
Verba de Administração – EPE	28	27
Seguros obrigatórios	232	-
Total	999	1.111

16. Partes relacionadas

	Saldo anterior 31/12/2025	Adição	Baixas	Saldo atual 30/06/2026
Concessão Rota Agro (a)	-	17	-	17
Concessão MS 112	-	9	-	9
Way Concessões	-	2	-	2
Total	-	28	-	28

(a) Compra de equipamentos e repasse a partes relacionadas.

Remuneração dos administradores

O valor total de remuneração atribuído aos diretores no período findo 30 de junho de 2026, é de R\$ 176 (R\$ 446 em 30 de junho de 2025) respectivamente. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

17. Empréstimos e financiamentos

Nº contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em 30/06/2026	Saldo em 31/12/2025
440090771180	Finame - BNDES	Sicredi	IPCA 6,15% a.a. + Fator BNDES 3,83 a.a.	05/06/2023	05/06/2026	-	52
Total						-	52
Circulante						-	52
Não circulante						-	-

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	52	7.558
Captação	-	70.966
Atualização juros empréstimos e financiamento	-	986
Atualização juros empréstimos e financiamento - FDCO	-	3.606
Pagamento de empréstimos e financiamento - juros	(5)	(937)
Pagamento de empréstimos e financiamento - principal	(47)	(7.555)
Pagamentos juros - FDCO	-	(3.606)
Pagamentos principal - FDCO	-	(70.966)
Saldo final	-	52

18. Debêntures

Estão representados por:

Nº contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em 30/06/2026	Saldo em 31/12/2025
C.V.M. 160	Debêntures	B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	IPCA + 7,6% a.a.	15/11/2025	15/05/2043	732.435	703.820
Circulante						4.426	2.688
Não circulante						728.009	701.132

Movimentação das debêntures

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	703.820	383.802
Captação de debêntures	-	725.000
Atualização juros	53.080	46.216
Pagamento principal debêntures	-	(440.088)
Pagamento de juros	(25.694)	-
Custo de transação	1.229	(11.110)
Saldo final	732.435	703.820

Abertura dos pagamentos das debêntures classificados no não circulante:

Ano de vencimento	30/06/2026	31/12/2025
2027	37.028	18.392
2028	40.420	30.723
2029	42.286	42.381
2030 a 2043	608.275	609.636
Total	728.009	701.132

A Companhia possui debêntures referentes à 2ª emissão, realizada em 15 de novembro de 2025, sob o rito da Resolução CVM nº 160, composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com vencimento final em 15 de maio de 2043.

As debêntures são garantidas por Alienação Fiduciária das Ações da Companhia e por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios vinculados ao Contrato de Concessão.

A escritura estabelece hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático, abrangendo, entre outras, inadimplemento de obrigações pecuniárias, eventos de insolvência, perda de autorizações essenciais à concessão, alteração indevida do controle acionário, ineficácia das garantias, protestos relevantes e utilização inadequada dos recursos captados.

A Companhia está sujeita ao cumprimento dos seguintes covenants financeiros previstos na escritura:

Dívida Líquida / EBITDA ajustado;

Demonstrações Financeiras Relativas ao Exercício Social Encerrado em	Índice Financeiro Dívida Líquida/EBITDA Para Vencimento
31/12/2025	5,50x
31/12/2026	5,50x
31/12/2027	5,25x
31/12/2028	5,00x
31/12/2029	4,50x
31/12/2030	4,50x
31/12/2031	4,25x
31/12/2032	4,00x
31/12/2033 até a Data de Vencimento	3,50x

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD $\geq 1,20$), apurado anualmente a partir de 31 de dezembro de 2027, conforme metodologia prevista na escritura (EBITDA ajustado dividido pelo serviço da dívida).

Em 30 de junho de 2026 e 2025, a Companhia cumpriu integralmente todas as obrigações, cláusulas contratuais, covenants e requisitos previstos na escritura da 2ª emissão, não havendo evento de vencimento antecipado.

A escritura da 2ª emissão prevê restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio apenas em caso de inadimplemento contratual ou descumprimento dos covenants financeiros estabelecidos (Dívida Líquida/EBITDA e ICSD).

Enquanto a Companhia estiverem em conformidade com tais indicadores, não há vedação à distribuição de dividendos, inclusive o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia encontrava-se adimplente com as obrigações pecuniárias e não pecuniárias previstas na escritura da 2ª emissão de debêntures. Os covenants financeiros previstos na escritura, incluindo o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), serão apurados conforme periodicidade e datas estabelecidas contratualmente, sendo o ICSD aplicável a partir de 31 de dezembro de 2027. Dessa forma, não havia descumprimento contratual ou evento de vencimento antecipado na data-base destas informações financeiras intermediárias.

Amortização

A 1ª emissão de debêntures da Companhia, realizada sob a Instrução CVM 476, tinha como remuneração IPCA + 6,0% a.a. e vencimento originalmente previsto para 15 de junho de 2035. Conforme demonstrado nas movimentações do passivo financeiro, ao longo dos exercícios anteriores a Companhia efetuou pagamentos periódicos de principal, acrescidos da atualização monetária e dos encargos contratuais, reduzindo progressivamente o saldo da dívida.

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a amortização integral do saldo remanescente, por meio de pagamento de principal no montante de R\$ 440.088 mil, resultando na quitação total da emissão. Após a liquidação, a emissão deixou de gerar encargos financeiros, não restando qualquer saldo a pagar em 30 de junho de 2026, conforme apresentado nas informações financeiras.

Com a conclusão da amortização, a 1ª emissão foi totalmente liquidada e não compõe mais o passivo financeiro da Companhia, permanecendo apenas a 2ª emissão (CVM 160) como fonte de financiamento via debêntures.

19. Obrigações com infraestrutura a realizar

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer uma provisão para manutenção de infraestrutura decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da infraestrutura da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos fluxos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2025 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de 8,30% a.a., a qual representa o custo médio de capital da Companhia.

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão e conforme a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance.

Provisão para manutenção em rodovias

Em 30 de junho de 2026, o saldo das obrigações ajustados a valor presente demonstrado a seguir:

	30/06/2026	Adições	31/12/2025
Obrigações com infraestrutura a realizar	49.632	11.444	39.154
AVP - provisão para manutenção	(15.355)	(966)	(14.389)
Total	35.243	10.478	24.765

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	7.210	7.210
Não circulante	28.033	17.555

O Investimento programado em manutenções inclui recapeamentos e sinalização de rodovias a cada cinco anos, cujos valores provisionados foram calculados com base no método do fluxo de caixa descontado considerando as datas em que se estima que haja saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações.

Indicação de incertezas

Os valores são estimados com base em dados técnicos pela melhor estimativa de utilização, e são revistos periodicamente, no mínimo uma vez ao ano para eventual adequação dos números provisionados, minimizando dessa forma as incertezas sobre a sua realização.

Principais premissas adotadas

A revisão periódica dos valores da provisão de manutenção é para garantir que os recursos atendam às intervenções na rodovia, estabelecidas no contrato de concessão.

20. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

	31/12/2025	Adição	Baixa	30/06/2026
Contingência cível	367	317	(308)	376
Contingência trabalhista	84	-	(68)	16
Total	451	317	(376)	392

Em atendimento ao CPC 25, a Administração, suportada por seus assessores jurídicos, avaliou os processos judiciais e administrativos em andamento. Em 30 de junho de 2026, a Companhia não possuía contingências classificadas como perda possível em montantes relevantes que demandassem divulgação específica, tampouco contingências não provisionadas que pudessem afetar significativamente suas informações financeiras intermediárias.

21. Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de junho de 2026, o capital social da Companhia totalizava R\$ 166.010, montante integralmente subscrito e realizado, mantido no patamar de 31 de dezembro de 2025, e representado por 166.010 mil ações ordinárias.

Acionista	30/06/2026		31/12/2025	
	Capital social	Partic. %	Capital social	Partic. %
Elo4 Administração e Participações S.A.	149.741	90,20%	132.808	80%
GLP O Participações S.A.	16.269	9,80%	33.202	20%
Total	166.010	100%	166.010	100%

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 25 de março de 2026, conforme AGE, houve uma reestruturação acionária da companhia, entre as companhias, no qual foi cedido a Elo4 10,20% das ações e a GLP O ficando com 9,80% das ações vigentes.

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 30 de junho de 2026 saldo de R\$ 4.221, o mesmo para 31 de dezembro de 2025.

Reserva especial para dividendos não distribuídos e obrigatórios

Em 30 de junho de 2026, o saldo registrado era de 126, comparativamente a R\$ 54.526 em 31 de dezembro de 2025. A redução observada no período decorreu da distribuição de dividendos deliberada pelos acionistas, no montante total de R\$ 54.400, conforme aprovado em ata de assembleia registrada em 10 de fevereiro de 2026.

22. Receita operacional líquida

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas de pedágio	42.386	84.849	40.489	76.551
Receitas acessórias	56	56	32	119
(-) impostos sobre receitas	(3.667)	(7.431)	(3.765)	(6.984)
Receita líquida	38.775	77.474	36.756	69.686
Receita de construção – ativos da concessão (a)	25.738	36.349	39.161	62.829
Total	68.180	113.823	79.681	139.499

(a) De acordo com ICPC 01 / IFRIC 12, a Companhia contabilizou nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025 os valores referentes à receita de construção de infraestrutura, tendo os custos com o mesmo valor, não gerando margem de lucro.

23. Custos e despesas por natureza

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)	01/01/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	(3.681)	(6.271)	(3.217)	(6.522)
Serviços de terceiros	(2.349)	(5.016)	(3.333)	(6.097)
Seguros e garantias	(362)	(577)	(186)	(568)
Custos contratuais da concessão	(510)	(995)	(540)	(1.005)
Verba da polícia rodoviária	(213)	(415)	(238)	(447)
Materiais/equipamentos/veículos	(897)	(1.673)	(981)	(1.888)
Provisão para manutenção de infra	(4.539)	(10.478)	-	-
Depreciação/amortização	(10.816)	(14.943)	(8.517)	(17.148)
Gastos gerais	(106)	(230)	26	(61)
Custos de construção – ativos da concessão	(25.738)	(36.349)	(39.160)	(62.829)
Outros	(46)	(757)	(1.115)	(1.363)
Total	(49.257)	(77.704)	(57.261)	(97.928)
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	(19.123)	(31.922)	(12.909)	(24.081)
Custo com construção e infraestrutura	(25.738)	(36.349)	(39.160)	(62.829)
Despesas gerais e administrativas	(4.396)	(9.433)	(5.192)	(11.018)
Total	(49.257)	(77.704)	(57.261)	(97.928)

24. Resultado financeiro

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)	01/01/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	2.293	5.752	815	1.398
AVP – Receita financeira	-	-	-	1.802
Outros	8	13	11	15
Total das receitas financeiras	2.301	5.765	827	3.215
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(28.189)	(53.080)	(10.524)	(21.115)
(-) Juros sobre debêntures capitalizados	4.749	8.811	-	-
Custo debêntures	(607)	(1.229)	(603)	(1.199)
Juros sobre empréstimos	-	(4)	(1.305)	(1.936)
Juros sobre fornecedores	-	-	(2.534)	(3.926)
Atualização outorga fixa	(18.508)	(25.246)	(11.027)	(15.412)
PLS/Cofins sobre receitas financeiras	(106)	(274)	-	-
Despesa financeira - AVP	(820)	(966)	(4.171)	(8.379)
Outras	(815)	(166)	669	(182)
Total das despesas financeiras	(44.296)	(72.416)	(29.495)	(52.149)
Resultado financeiro líquido	(41.995)	(66.651)	(28.668)	(48.934)

25. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – “Resultado por ação”), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o período findo em 30 de junho de 2026.

As tabelas a seguir reconciliam o resultado líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro(prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação:

	30/06/2026	30/06/2025 (reapresentado)
Básico		
Resultado do período	(31.994)	(18.582)
Número de ações durante o período (milhares)	166.010	166.010
Lucro por ação – básico	(0,1927)	(0,1119)

Não há diferença entre o lucro(prejuízo) básico e o lucro(prejuízo) diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 instrumentos patrimoniais com efeitos diluídos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias, usadas no cálculo do lucro(prejuízo) por ação diluído, concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro(prejuízo) básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

26. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais os quais se destinam atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, taxas de juros e de moeda.

Os instrumentos financeiros da Companhia, tanto ativos quanto passivos, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses instrumentos são mensurados pelo custo amortizado quando se enquadram nessa categoria, conforme previsto no CPC 48/IFRS 9.

Segue o quadro com a categoria dos instrumentos financeiros referentes à Companhia em 30 de junho de 2026.

	Notas	30/06/2026		
		Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa		-	64.885	-
Operações a receber		-	15.461	-
Passivos				
Debêntures		-	-	732.435
Fornecedores		-	-	13.162
Outorga		-	-	218.490
Total		-	80.346	964.087

Hierarquização em 03 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que sua mensuração é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 – Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 – Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e
- Nível 3 – Instrumentos cujos *inputs* significantes não são observáveis.

Os valores referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, com valor presente líquido ajustado a taxa de juros vigente no mercado, se aproximam de valores de mercado.

Gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco de mercado e as suas influências sobre o negócio da Companhia são os seguintes:

Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui riscos cambiais.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo Poder Concedente que autoriza o aumento dos preços das tarifas mediante a aplicação de uma cesta de índices (taxa paramétrica). As tarifas são reajustadas anualmente em março de cada exercício.

Risco regulatório

Por consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos o volume de tráfego a ser cobrada a tarifa pedagida, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levado a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

Análise de sensibilidade

Para fins de avaliação da sensibilidade dos indexadores dos empréstimos e aplicações financeiras aos quais a Companhia estava exposta em 30 de junho de 2026, a Administração definiu o cenário mais provável para a evolução do CDI para os 12 meses subsequentes, com base em premissas internas e nas expectativas de mercado disponíveis na data-base. As análises de sensibilidade adicionais foram preparadas exclusivamente para uso interno da Administração, sendo divulgada nas informações financeiras apenas a projeção considerada como cenário mais provável.

Receitas e despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato

Análise de sensibilidade

Receitas e despesas financeiras

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato.

Projeção das receitas financeiras

Indexador	Aplicações financeiras				
	Queda de 25% Cenário I	Queda de 50% Cenário II	Base case Cenário provável	Aumento de 25% Cenário III	Aumento de 50% Cenário IV
CDI - %	10,50 %	7,00%	14,00%	17,50%	21,00%

Saldo principal 30/06/2026		Projeção das receitas financeiras - 2026				
		Queda de 25%	Queda de 50%	Base case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Taxa de remuneração			25%	50%	25%	50%
Aplicação	CDI	64.885	6.813	4.542	9.084	11.355
Total aplicado			6.813	4.542	9.084	11.355
					13.626	

Projeção das despesas financeiras

Indexador	Empréstimos e financiamentos				
	Queda de 25% Cenário I	Queda de 50% Cenário II	Base case Cenário provável	Aumento de 25% Cenário III	Aumento de 50% Cenário IV
CDI - %	10,50%	7,00%	14,00%	17,50%	21,00%
7,60%a.a.	-	-	7,60%	-	-

Saldo principal 30/06/2026		Projeção das despesas financeiras - 2026				
		Queda de 25%	Queda de 50%	Base case	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Taxa de juros			25%	50%	25%	50%
Debêntures	IPCA+7,60%a.a.	732.435	132.571	106.936	158.206	183.841
						209.476

Informações por segmentos de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações financeiras intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Seguradora	Modalidade	Vigência	Valor Prêmio	Valor Cobertura
Junto Seguros S.A.	Garantia	03/2026 a 03/2028	73	28.208
Axa Seguros S.A.	Resp. Civil Geral	03/2026 a 03/2027	261	10.000
Zurich Minas Seguros S.A.	Riscos Operacional	03/2026 a 03/2027	465	61.110
Fairfax Brasil Seguros S.A.	Riscos Engenharia	03/2026 a 03/2027	78	115.247
Total				214.565

28. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

29. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

* * *